

SUSANA SANTOS

Mercado financeiro rural  
e desenvolvimento agrícola



ÉVORA • 1990

## **Mercado financeiro rural e desenvolvimento agrícola \***

por *Susana Santos*

### **1. INTRODUÇÃO**

Entendemos o desenvolvimento agrícola, a nível económico, como o conjunto de modificações estruturais que conduzem a uma melhoria das condições de vida e de produção na agricultura. Tal passa pela forma como a parcela que não é absorvida pelo consumo corrente, ou excedente, é transformado em capacidade produtiva.

O Mercado Financeiro Rural (MFR), principalmente via Intermediação Financeira (IF), pode vir a desempenhar um papel de grande importância no processo de desenvolvimento agrícola, ao conduzir a uma melhor aplicação do excedente.

Desde há algum tempo que esta questão vem a ser estudada, pretendendo o presente artigo dar a conhecer um pouco o resultado de tais estudos.

---

\* Excerto da Dissertação de Mestrado defendida pela Autora, em Janeiro de 1989, no Instituto Superior de Economia e Gestão.

## 2. MERCADO FINANCEIRO RURAL — CARACTERIZAÇÃO

O MFR caracteriza-se por todas as actividades financeiras a nível de crédito e poupanças, que têm lugar nas áreas rurais.

A este propósito citamos uma passagem da intervenção de Pekka Hussi, «Senior Officer du groupe d'activités bancaires dans le secteur agricole da FAO», no 8.º Congresso Mundial de Crédito Agrícola, realizado em 1987:

«Os MFR compreendem todas as regras e sistemas que guiam o comportamento das populações rurais no que se refere a acumulação e utilização de poupanças, ao fluxo e à gestão de fundos no sector rural, ao destino dos fundos de investimento públicos e privados e à integração das actividades financeiras rurais no interior das instituições nacionais e internacionais».

Destes mercados fazem parte as actividades de fontes de crédito formal, ou institucional, e informal ou não institucional<sup>1</sup>. As primeiras compreendem as instituições públicas e privadas tais como : bancos do Estado, bancos para o desenvolvimento agrícola, bancos comerciais, uniões e cooperativas de crédito. As segundas verificam-se por exemplo entre amigos, parentes, comerciantes arrendatários rurais.

Com o auxílio dos trabalhos de C. González Vega (estudioso da matéria), podemos identificar quatro tipos de serviços que é possível prestar no âmbito de um MFR:

a) Monetarização da economia, ou seja, fornecimento de serviços de meios de pagamento, a qual vai assumir um papel essencial na integração dos mercados de mercadorias e de factores;

---

<sup>1</sup> Este tipo de crédito está largamente difundido nas zonas rurais menos desenvolvidas, devido à sua simplicidade de procedimentos e rapidez de obtenção, apesar de, regra geral, os juros, que são livres, serem mais elevados que os praticados pelas fontes de crédito formal.

Normalmente as actividades destas fontes não incluem depósitos de poupanças pois é-lhes difícil oferecer liquidez, privacidade e segurança que atraiam os poupadores individuais.

Nalguns países existem também os chamados grupos informais, geralmente conhecidos por ROSCA' (Rotating Savings and Credit Associations) que geram determinados volumes de fundos através de pagamentos periódicos para uma conta comum, sendo os mesmos distribuídos, em simultâneo, mediante uma determinada ordem, por cada membro.

b) Intermediação financeira (IF), entre as entidades superavitárias (aforradores) e as deficitárias (investidores), nos mercados de capital.

Este serviço, ao canalizar as poupanças disponíveis para os investimentos mais rendíveis, torna possível incrementar a taxa de acumulação de capital e melhorar a afectação de recursos.

Na ausência de mercados financeiros, os produtores são forçados a aproveitar as oportunidades apenas quando possuem recursos próprios, enquanto os outros podem ser forçados a utilizar recursos marginais em oportunidades menos vantajosas. Existe, portanto, uma fraca correlação entre as oportunidades de investir e o acesso aos recursos necessários para as aproveitar.

Os mercados financeiros, através dos serviços da IF, tornam possível a eliminação de afectações menos eficientes de recursos, oferecendo aos aforradores oportunidades melhores, mediante a colocação dos seus fundos em depósito bancário, e permitindo assim o financiamento de melhores actividades que não poderiam ser implementadas se não houvesse crédito.

Depósitos e crédito, são, portanto, igualmente importantes, tanto do ponto de vista dos agricultores como do ponto de vista de uma afectação eficiente de recursos na economia.

c) Gestão da liquidez, risco e reservas.

As características próprias da actividade agrícola tornam normalmente impossível a sincronia entre receitas e despesas. Tal facto, conduz a que muitos agricultores necessitem de acumular determinadas quantias (reservas) capazes de fazer face a qualquer emergência ou para aproveitar a vantagem de futuras oportunidades de investimento.

Na ausência de mercados financeiros, estas reservas são mantidas sob a forma de activos tangíveis, como sejam por exemplo terras e animais, com todos os custos inerentes. A presença daqueles mercados não só torna possível manter tais reservas a um custo inferior e com maior liquidez sob a forma de depósito, mas também reduz o montante de reservas requeridas, já que em caso de emergência se pode solicitar um empréstimo para lhe fazer face, libertando-se assim recursos para a produção.



d) Apoio fiscal ao sector público, tributando os recursos longe dos depositantes na sua função de intermediação entre os aforradores e investidores.

Este serviço é particularmente importante nos países em desenvolvimento em que os sistemas tributários são incipientes e frágeis.

### 3. MERCADO FINANCEIRO RURAL E DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA

Tem vindo a ser crescente o reconhecimento das contribuições das actividades no âmbito dos MFR's nomeadamente da IF, para o desenvolvimento económico<sup>2</sup>. Em 1977, Dale W. Adams referia: «cada vez mais os MFR's são chamados a desempenhar um papel activo na consecução de objectivos de desenvolvimento». Em 1984, o mesmo autor vinha a referir:

«O rápido crescimento dos serviços financeiros que acompanha o progresso económico num país é uma indicação clara de que existe procura para esses serviços. Geralmente as pessoas não são obrigadas a fazer depósitos e a recorrer ao crédito. O facto é que a procura cresce muito rapidamente o que mostra que as pessoas numa sociedade têm benefícios com esse serviço».

Por seu lado, C. Bourne e D. H. Graham, em 1980, manifestam uma certa expectativa em relação à contribuição dos MFR's para o desenvolvimento rural nos países em desenvolvimento. Eles podem melhorar a quantidade e a qualidade das poupanças rurais e fornecer crédito em montantes e formas que aumentem a capacidade produtiva e a equidade rural.

Tal questão tem sido alvo de algumas abordagens, das quais destacamos a dos investigadores do Departamento de Economia Agrícola e Sociologia Rural, da Ohio State University, nos Estados Unidos da América. Dele fazem parte muitos dos nomes que temos vindo a referir.

---

<sup>2</sup> Apesar de igualmente reconhecida fungibilidade dos instrumentos financeiros, que dificulta a visualização das suas causas e efeitos.

Trata-se de um centro de investigação sobre MFR's, o qual enfatiza os problemas especiais relacionados com o fornecimento de serviços financeiros rurais. C. González Vega chama-lhe mesmo o «centro do mundo para a análise dos MFR's nos Países de Baixo Rendimento e para a formulação dos respectivos programas e políticas».

Dentro dos trabalhos aí desenvolvidos, podem distinguir-se duas fases: dos anos 70, em que são dados os primeiros passos na investigação dos MFR's e em que se demonstrou que as políticas de crédito tradicionais estavam a debilitar o desenvolvimento rural; a dos anos 80, em que se enfatiza a necessidade de expandir o acesso da população rural a todos os serviços financeiros e em que é dada importância à mobilização de poupança (considera-se que bastantes mais empresas e famílias podem ser servidas através de facilidades de depósitos do que de crédito).

Esta evolução representa assim, aquilo que R. L. Meyer e A. P. Alicbusan intitularam de uma nova perspectiva sobre o papel das actividades no âmbito dos MFR's no desenvolvimento, justificada pela evidência de que o acesso às mesmas pelas empresas e famílias nos PBR's é bastante mais complexo do que inicialmente se pensava.

Para a OSU, o fornecimento de serviços financeiros é uma tarefa difícil e dispendiosa, mas pode ter um papel chave na promoção de desenvolvimento e bem estar das áreas rurais.

Temos assim uma primeira fase em que se verifica uma tomada de consciência dos problemas dominantes nos MFR's e uma segunda fase em que se define uma nova estratégia para o seu funcionamento.

De entre os problemas dominantes do MFR, identificados pela abordagem dos anos 70, destacamos os que se seguem:

1. Não vitalidade, resultante dos elevados custos de transacção<sup>3</sup> sobre os empréstimos, dos níveis não realistas das taxas de juro e das elevadas taxas de incumprimento em relação aos empréstimos;

---

<sup>3</sup> Embora em português não seja usual falar-se em «transacção de crédito», adoptámos o termo «custos de transacção» por simpatia com os textos estrangeiros. Reconhecemos, no entanto, que a expressão mais correcta seria «custos de concessão ou de dação» de crédito.

2. Fraqueza na organização e gestão dos programas de CA, devida, em parte, à falta de pessoal formado e motivado;
3. Falta de mobilização de poupanças;
4. Meio económico e político em que funciona, verificando-se normalmente uma ineficaz articulação com as outras políticas, cujos efeitos negativos sobre os agricultores se procura, muitas vezes, que sejam compensados com fundos provenientes dos bancos centrais ou fontes exteriores, utilizando os MFR's via programas de CA, como escoadadores.

Por seu lado, a nova estratégia, esboçada pela abordagem dos anos 80, vai, como é lógico, ao encontro dos problemas dominantes do MFR, abarcando os aspectos que se seguem:

1. Revitalização das instituições financeiras, através da institucionalização de políticas de taxas de juro mais flexíveis, preenchendo o desfasamento entre baixa remuneração e elevados custos dos empréstimos, bem como de melhores sistemas de distribuição de crédito;
2. Maior importância à mobilização de poupanças mediante inovações nas facilidades de depósito;
3. Nova filosofia de empréstimos, mediante melhores métodos de análise e de aplicação do crédito;
4. Evolução política e menor utilização dos programas e sistemas de CA para compensar os efeitos nefastos das outras políticas.

Ao fim e ao cabo, o objectivo é identificar o tipo de auxílio e as políticas eficazes a um sistema financeiro rural viável, tal como o referia Richard L. Meyer no seminário sobre CA, realizado em 1986. Entendendo por sistema financeiro rural viável, aquele que mobiliza fundos dos aforradores, canaliza-os para investidores e recupera os empréstimos, o mesmo autor identifica o «auxílio» com as políticas não financeiras e as «políticas» com as políticas financeiras.

Conclui-se, no entanto, que políticas apropriadas não são condição suficiente. São também necessárias novas funções de produção dos serviços financeiros rurais tendo em conta a



magnitude e a dispersão dos custos de transacção. Apenas técnicas mais baratas para as actividades de depósito e empréstimo, tornarão os intermediários financeiros viáveis e os serviços financeiros fornecidos pelos mesmos, mais acessíveis.

#### 4. CONCLUSÃO

O Mercado Financeiro Rural, em geral, e o seu serviço de Intermediação Financeira, em particular, podem desempenhar um papel de grande importância no desenvolvimento agrícola.

Com efeito, ao canalizar fundos de entidades superavitárias (aforradores), para entidades deficitárias (investidores) ou seja, ao receber depósitos e conceder crédito, o serviço de Intermediação Financeira poderá incrementar a taxa de investimento e melhorar a afectação de recursos, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento económico.

A ignorância deste facto tem impossibilitado a definição de políticas, financeiras ou não, capazes de conduzirem a um sistema financeiro rural capaz de mobilizar fundos dos aforradores e canalizá-los para investigadores de uma forma optimizada.



## REFERÊNCIAS

- ADAMS, Dale W. — *Research on Rural Financial Markets in Low Income Countries*. «Saving & Development», s.l., I (1), 1977, pp. 4-13.
- ADAMS, Dale W. — *Effects of Finance on Rural Development*. In: ADAMS, Dale W., GRAHAM, Douglas H. and PISCHKE, J. D. Von — *Undermining Rural Development With Cheap Credit*, Westview Special Studies in Social, Political and Economic Development, Boulder — Colorado (U.S.A.), Westview Press, 1984, pp. 11-21.
- GONZÁLEZ-VEGA, Claudio — *Los Mercados Financieros Rurales en la Republica Dominicana. Un Marco Teorico de referència para su Investigación*. Economics and Sociology Occasional paper N° 1061, U.S.A., The Ohio State University — Department of Agricultural Economics and Rural Sociology, 11/1983, 54 p.
- GONZÁLEZ-VEGA, Claudio — *Credit-Rationing Behavior of Agricultural Lenders: The Iron Law Interest-rate Restrictions*. In: ADAMS, Dale W., GRAHAM, Douglas H. and PISCHKE, J. D. Von — *Undermining Rural Development With Cheap Credit*, Westview Special Studies in Social, Political and Economic Development, Boulder — Colorado (U.S.A.), Westwview Press, 1984, pp. 78-95.
- GONZÁLEZ-VEGA, Claudio — *The Ohio State University's Approach to the Rural Financial Markets: A Concepts paper*. Economics and Sociology Occasional Paper N° 1248, U.S.A., The Ohio State University — Department of Agricultural Economics and Rural Sociology, 2/1986, 25 p.
- GRAHAM, Douglas H. and BOURNE, Compton — *Economic Disequilibria and Rural Financial Markets Performance in Developing Economics*. Economics and Sociology Occasional Paper N° 725, U.S.A., The Ohio State University — Department of Agricultural Economics and Rural Sociology, revised 6/198, 14 p.
- HUSSI, Pekka — *Problemes du Financement dans le Secteur Agricole dans les Pays en Voie de Développement*. Confédération Internationale du Credit Agricole, VIIIe Congrès Mondial du Crédit Agricole, Istambul (Turquie), 13-16/9/1987, 24 p.
- MEYER, Richard L. — *Technical Support and Policy Coordination in Efficient Rural Financial Markets*. Economics and Sociology Occasional paper N° 1307, U.S.A., The Ohio State University — Department of Agricultural Economics and Rural Sociology, 10/1986, 11 p. (presented at the Seminar on Agricultural Credit, Ilorin, Kwara, Nigéria).
- MEYER, R. L. and ALICBUSAN, A. P. — *Farm-Household Heterogeneity and Rural Financial Markets: Insights from Thailand*. In ADAMS, Dale W., GRAHAM, Douglas H. and PISCHKE, J. D. Von — *Undermining Rural Development With Cheap Credit*, Westview Special Studies in Social, Political and Economic Depelopment, Boulder — Colorado (U.S.A.), Westview Press, 1984, pp. 22-35.